

“Precisamos de um fluxo de cem mil imigrantes por ano”

P publico.pt/2024/12/22/sociedade/entrevista/precisamos-fluxo-cem-mil-imigrantes-ano-2116127

Patrícia Carvalho, Adriano Miranda

Exclusivo

Entrevista

Pedro Góis foi escolhido pelo Governo para liderar o Observatório das Migrações e quer que este forneça informação rápida, para que as decisões assentem na realidade e não em percepções erradas.

Sociólogo e especialista em migrações, Pedro Góis assumiu em Outubro a liderança do novo Observatório das Migrações, enquanto se mantém como professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Acredita que vamos continuar a precisar de milhares de imigrantes, durante muitos anos, não só por razões económicas, mas também demográficas e deixa um alerta: há que responsabilizar mais o tecido empresarial pela mão-de-obra estrangeira que contrata, garantindo que ele participa na resolução dos problemas que esta enfrenta. E diz que é preciso ter dados mais fiáveis "para que a decisão política possa ser baseada de facto na realidade que existe e não na percepção da realidade". Uma entrevista realizada ainda antes da polémica operação da PSP na zona do Martim Moniz, em Lisboa.

O que é que podemos esperar de 2025, no que diz respeito às migrações?

Há dois tipos de resposta a essa pergunta. Ao nível da percepção estatística vai haver um crescimento da imigração, apenas porque as manifestações de interesse vão ser resolvidas, as pendências vão chegar ao fim. Essas pessoas que já cá estão, mas não são estatisticamente conhecidas, vão passar a entrar no nosso mapa estatístico. Em termos de novas entradas no país, da imigração real, vai depender muito da evolução do mercado de trabalho. Se ele continuar a crescer e a necessitar de trabalhadores estrangeiros, vai haver um crescimento. Se o mercado de trabalho começar a dar sinais de desacelerar, aí, provavelmente teremos um abrandamento do número de chegadas e, com o tempo, até alguma paragem deste grande fluxo migratório que temos desde 2015.

Isso não está já a acontecer? O Governo diz que houve uma diminuição de 80% dos pedidos de residência e temos o ministro de Coesão Territorial a dizer que não vai haver mão-de-obra suficiente para realizar as obras do PRR.

Na verdade, não sabemos. O que fizemos foi trocar este processo de manifestação de interesses, que era feito quando os imigrantes já estavam em território nacional, por um pedido de visto nos consulados e embaixadas portuguesas no estrangeiro. Mas não temos dados sobre qual é a percentagem de aumento que houve nestes pedidos de vistos no estrangeiro e qual a resposta que as embaixadas e consulados estão a conseguir dar.

A Via Verde para a regularização, que prevê mais garantias dos empresários, faz sentido? Já surgiram alertas de que temos um tecido empresarial de pequenas e médias empresas que não terá, eventualmente, capacidade de garantir habitação aos seus funcionários. E, por outro lado, temos uma rede consular desajustada à realidade dos migrantes que nos procuram, nomeadamente, os que vêm da Ásia. Esse é, de facto, um constrangimento da actual legislação. Confere-se aos consulados e embaixadas portuguesas este dever de agilizar esses processos, mas não se adaptou a rede consular aos locais de origem da recente imigração para Portugal. Parece que há um implícito nas políticas migratórias, que é dar preferência à lusofonia, aos países da CPLP. E aí, de facto, já há uma capacidade instalada, uma dispersão da rede consular dentro destes países, que poderá agilizar esse processo migratório.

Mas há um fluxo de imigrantes do Nepal, do Bangladesh, da Índia, onde não existe essa rede consular montada. Não se corre o risco de haver um aumento de redes ilegais?

Acho que esse fluxo do subcontinente indiano é o que vai diminuir mais rapidamente. Até porque o seu interesse por Portugal é muitas vezes funcional: passam aqui algum tempo antes de emigrarem para outros países da União Europeia, de uma forma livre já, com uma autorização de residência de longa duração ou com passaporte português, se pedirem a nacionalidade portuguesa. Se os empregadores continuarem a necessitar deste tipo de trabalhadores, o sistema nesses países tem de ser reconstruído e isso também leva algum tempo, porque não se criam embaixadas ou consulados sem que haja uma grande negociação diplomática. Por outro lado, parece-me que, quando pensamos que a alteração do sistema migratório pode levar ao aumento de redes de tráfico de seres humanos, isto deve conduzir-nos imediatamente para uma maior fiscalização desses fluxos, para que tal não aconteça. E aqui há um agente que tem de ser responsabilizado, que é o empregador. O empregador, seja através de cadeias de subcontratação, seja contratando directamente, tem de ser responsável pela mão-de-obra que tem ao seu serviço, pelo cumprimento de todos os seus deveres e direitos.

O que poderia agilizar então a sua regularização?

O que acontece noutros países é que se constituem intermediários que tratam destes processos no país de origem e depois os colocam em bloco nas embaixadas para serem decididos, seja para a construção civil ou para outras profissões. Na verdade, é o que fazem muitas empresas europeias ou outras que vêm a Portugal à procura de um tipo específico de trabalhadores. Fazem recrutamento.

Como acontecia muito com os enfermeiros para o Reino Unido.

Esse é um bom exemplo. E esses processos agilizam porque há um intermediário que, cumprindo as regras migratórias, também está ao serviço dos empregadores, recolhendo e recrutando estes trabalhadores nos países de origem, pagando ele próprio a selecção. Eu creio que com o tempo isso acabará por acontecer em alguns sectores.

Cerca de 10% dos residentes em Portugal são imigrantes. Mas ainda precisamos de mais, não é?

Nós vamos precisar de dezenas de milhares de imigrantes, provavelmente acima de uma

centena de milhar todos os anos e durante muitos anos, consoante aquilo que projectemos para a frente. E nós estamos com esses valores desde 2015, até um pouco acima, que compensam não apenas o envelhecimento da população portuguesa, mas também o número de saídas [de emigrantes], que permanece muito alto.

E com tendência para estabilizar, nas 70, 75 mil saídas por ano.

Sim. Sabemos que parte deste fluxo já são ex-imigrantes em Portugal, que agora fazem parte deste volume de saída dos portugueses, mas ainda assim, para compensar o número de saídas, os não nascidos há décadas e o envelhecimento da população, vamos necessitar de manter um fluxo constante de imigrantes seguramente acima das cem mil pessoas por ano. E para isso temos de construir uma estratégia, e claro, adaptar a nossa rede consular a este projecto de atrair migrantes em grande número, ano após ano. O que não podemos é aceitar que periodicamente os líderes das associações patronais nos digam: necessitamos de mais e de mais mão-de-obra. Porque eles também têm de ter uma estratégia de retenção dos seus próprios trabalhadores. No caso da agricultura, por exemplo. Se se limitam a empregar esta mão-de-obra durante alguns meses por ano, de facto, se calhar, na próxima campanha de colheitas, arriscam-se a não terem mão-de-obra suficiente. Têm de criar uma estratégia quer de integração, quer de sustentabilidade no recrutamento ao longo de todo o ano para que esta população se mantenha ligada a esta actividade e esteja disponível nos momentos em que é necessário.

O que esses empresários vão dizer é que no resto do ano não têm trabalho para eles. Como é que se resolve?

Por exemplo, com a mobilidade destas populações ao longo do território continental, executando tarefas ao longo de um período maior do que aquele que ocorre actualmente. O que não é sustentável é pensar que nós pagamos um salário mínimo a um conjunto de trabalhadores durante quatro ou seis meses e isso é suficiente para que as pessoas sobrevivam durante os seis meses seguintes, enquanto aguardam a nova campanha agrícola. O sistema não está a funcionar, também porque não me parece que exista uma responsabilização suficiente das entidades patronais quanto à mão-de-obra que tem ao seu serviço. E existem alguns bons exemplos neste sentido. Enquanto portugueses temos tradição de participar em campanhas deste tipo fora do país. Nós temos um conjunto muito grande de trabalhadores em plataformas petrolíferas espalhadas pelo mar do Norte, que não estão ali 12 meses por ano. Mas o seu rendimento é suficiente para que queiram voltar na campanha seguinte.

Só que em Portugal temos um cenário crónico de baixos salários e precariedade.

Esse é o ponto em que nós temos de trabalhar todos. Os salários são baixos, e como há uma chegada recorrente de mão-de-obra, eles não tendem a aumentar, e isso, ano após ano, acaba por ter influência em todo o sistema. E no caso da agricultura, acredito que é isso que afasta os trabalhadores portugueses: os salários baixos para períodos curtos. Havendo alternativa, as pessoas vão encontrando essas alternativas. Seja um português, sejam imigrantes que já chegaram há mais tempo. E isso significa que na próxima campanha temos de ter uma nova vaga de chegadas para preencher essa

necessidade. Isto não é sustentável a longo prazo. Ou temos uma mão-de-obra circular, que vem trabalhar três, quatro meses, regressa ao seu país de origem e no ano seguinte volta – mas para isso é necessário montarmos um sistema de imigração circular que não existe. Ou então temos de encontrar formas de assegurar um rendimento contínuo para estes trabalhadores. Porque o facto de estarem seis meses por ano a descontar para a Segurança Social não lhes garante sequer o acesso ao subsídio de desemprego. Por isso, quando acabam a campanha, ficam numa situação de vulnerabilidade.

Tudo isso parece exigir alguma formação junto do próprio tecido empresarial. Deve fazer parte das políticas migratórias essa necessidade de olhar não só para quem vem, mas também para quem lhes vai dar emprego?

Seguramente, e temos de trabalhar com todos os actores do sistema, mostrando que os benefícios são sempre partilhados e os prejuízos às vezes ficam apenas para o Estado e isso não é sustentável. Muito menos no momento em que estamos desta polarização política. Hoje os empregadores fazem parte de um sistema muito complexo, no qual têm de assumir também a sua responsabilidade. Esta mão-de-obra que acolhem durante alguns meses são seres humanos os 12 meses do ano, e necessitam de ser acolhidos enquanto seres humanos.

Foi nomeado recentemente director científico do Observatório das Migrações. O que podemos esperar deste órgão nos próximos tempos?

O Observatório está a começar de raiz. O antigo desapareceu e quando fui nomeado não tinha qualquer recurso à minha disposição. O trabalho inicial tem sido o de renegociar a presença do Observatório no espaço público, conseguir um orçamento, desenhar o que vamos fazer para os próximos tempos e contratar pessoas para podermos funcionar. Do que me dou conta é que temos muita informação dispersa na administração pública, mas que não é trabalhada. Um bom exemplo é o acesso à saúde por estrangeiros, que se confunde com imigrantes, e na verdade trouxe esta polémica à superfície, obrigando-nos a olhar para estes dados com muito mais atenção. Além disso, temos um atraso muito grande na divulgação de dados e queremos divulgá-los atempadamente. Para quê? Para que a decisão política possa ser baseada de facto na realidade que existe e não na percepção da realidade. Outro exemplo: não sabemos de quantos imigrantes precisamos e em que sectores, porque não chegou ao fim o período de análise das pendências e, por isso, não temos um número de imigrantes consolidado, nem quais são as suas características. Mas uma das funções do Observatório é ter essa informação em tempo real. Depois, gostávamos muito de conseguir influenciar políticas públicas através das boas práticas que outros países já implementaram. Isso obriga-nos a olhar para fora e também a ouvir os próprios imigrantes, que é algo que me parece que tem sido muito esquecido. A imigração veio para ficar. Há pessoas que estão em Portugal e que até podem regressar aos seus países de origem, emigrar para outros locais, mas esta ideia de que o país mudou é uma ideia com futuro.